

A produção editorial na campanha da anistia: o olhar da repressão sobre *Inventário de cicatrizes*¹

Marcio de Souza CASTILHO²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

O artigo propõe examinar o espaço ocupado pela produção editorial no trabalho desempenhado pelos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), que reuniram diferentes tendências de oposição durante o processo de distensão política no final dos anos 1970. Livros-reportagem e obras memorialísticas apresentavam temáticas relacionadas às reivindicações de grupos alinhados com a defesa de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, incluindo a denúncia da prática de tortura, a situação dos presos políticos, os desaparecimentos e a experiência do exílio. Para ilustrar as relações de força estabelecidas com o Estado autoritário, o estudo apresenta parte dos relatórios produzidos pelos órgãos de repressão por ocasião do lançamento de *Inventário de cicatrizes*, um dos livros chancelados pelos CBAs no contexto de abertura política, do poeta Alex Polari.

Palavras-chave: anistia; ditadura; memória; oposição; produção editorial

Introdução

Os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) funcionaram como polo aglutinador das forças de oposição no contexto de intensas negociações entre os militares, as elites políticas e a sociedade civil organizada sobre os rumos do processo de liberalização política no final dos anos 1970. Em meio a um quadro político controverso, as disputas não se deram apenas entre os dois polos, senão internamente no seio do poder. Do mesmo modo, diferentes segmentos da sociedade sustentavam aspirações e apresentavam demandas pouco homogêneas sobre o projeto de redemocratização então em curso.

Diversas também eram as ações dos CBAs no campo da comunicação: divulgação das atividades culturais e atos públicos, concurso de cartazes com o tema da anistia, produção de dossiês com as denúncias e o levantamento das vítimas do Estado autoritário, participação em programa de reconhecimento ao trabalho de jornalistas e incentivo à produção editorial. As estratégias poderiam ter abrangência local ou nacional, a partir da definição dos núcleos nos estados ou da Comissão Executiva Nacional. Vale salientar que

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor associado do Departamento de Comunicação Social da UFF, e-mail castilho.uff@gmail.com

um canal de divulgação espontâneo, pela afinidade de pautas naquela conjuntura histórica, era a imprensa alternativa.

No campo editorial, as obras chanceladas pelos comitês dialogavam com os objetivos aprovados nos encontros da entidade. Assim, publicações de diferentes gêneros, incluindo livros-reportagem e obras memorialísticas, apresentavam ao público temas como a tortura, a situação dos presos políticos, os desaparecimentos e a experiência do exílio. Examinar o espaço ocupado pela produção editorial no trabalho desempenhado pelos comitês de anistia constitui o objetivo do presente trabalho. De modo complementar, o estudo busca descrever o impacto do lançamento de *Inventário de cicatrizes* (SP;RJ: Global; Teatro Ruth Escobar; CBA, 1978), do poeta Alex Polari de Alverga, junto ao aparato de repressão política no contexto de abertura.

Por limitação de espaço inerente à produção de um artigo acadêmico, optamos metodologicamente por privilegiar a inserção da obra em macroestruturas definidas no tempo e no espaço social da sua produção. Nessa perspectiva, o enfoque recai menos em aspectos afeitos às dimensões internas de *Inventário de cicatrizes* – como as estratégias discursivas contida na referida publicação – do que as condições nas quais o livro foi concebido, bem como as relações de força estabelecidas com o Estado autoritário. A consulta aos arquivos que integram o fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), disponibilizados em formato digital no Sistema de Informações do Arquivo Nacional dentro do projeto Memórias Reveladas³, permite-nos verificar a forma como o lançamento da coletânea de Alex Polari mobilizou a comunidade de informações e segurança por ocasião do seu lançamento.

Em diálogo com o contexto sócio-histórico, a pesquisa bibliográfica está baseada em estudos no campo da História e da Comunicação sobre o processo de anistia e o papel das oposições. A análise se concentra no período compreendido entre 1978-1980, da formação do primeiro comitê de anistia, no Rio de Janeiro, até o início do processo de gradual esvaziamento da entidade, que coincidiu com um novo cenário de reorganização dos partidos e outras formas de participação social e política. Sobre a trajetória dos CBAs, além das fontes bibliográficas, recorreremos aos arquivos do Movimento Feminino pela Anistia, Movimento Brasileiro pela Anistia e Biblioteca Brasil Nunca Mais, reunidos no Acervo Virtual da Anistia. Livros, teses e publicações sobre o tema, bem como atas e

³ Cf. site do projeto, disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>

outros documentos produzidos por essas entidades, estão digitalizados e disponíveis no site Memorial da Anistia⁴.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira resgata brevemente as disputas internas no campo militar e o avanço dos grupos de oposição ao Estado autoritário, seja na perspectiva das lutas populares, do movimento estudantil e dos sindicatos, seja na mobilização crescente das instituições da sociedade civil e da frente institucional representada por parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A segunda parte aborda a estruturação e a consolidação dos comitês de anistia e as principais resoluções aprovadas, bem como as limitações e as disputas internas na entidade. Das pressões exercidas pelas forças de oposição e negociações e acomodações travadas entre as elites políticas resultou a Lei 6.683, sancionada em 28 de agosto de 1979. Em seguida, são descritas as principais ações comunicativas dos CBAs para ampliar a visibilidade da luta por uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. Por fim, examinamos o incentivo à produção editorial que compunha o repertório comunicativo desenvolvido pelos comitês de anistia, em particular o apoio institucional à edição do livro supracitado e sua repercussão no campo político-militar.

O trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as aproximações entre os CBAs, autores e uma parte do mercado editorial comprometida com o processo de redemocratização a partir do final dos anos 1970 com o objetivo de verificar em que medida os livros, de temáticas variadas, contribuíram para a produção de memória sobre as violências políticas nos primeiros 15 anos de ditadura.

As oposições no contexto de descompressão política

O projeto de distensão política “lenta, gradual e segura” anunciado pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979) teve de lidar com uma complexa conjuntura marcada por relações de força no campo militar, pelo avanço do MDB na política formal, por mobilizações de estudantes e trabalhadores, pelo fortalecimento das oposições no plano institucional e denúncias de violações de direitos humanos por presos políticos e exilados. Ministro-chefe do Gabinete Civil, o general Golbery do Couto e Silva, estrategista político de Geisel, usou, certa feita, a metáfora médica de “sístoles” e “diástoles” para definir o período histórico, permeado por movimentos de tensão e distensão. Na visão de

⁴ Cf. site do projeto, disponível em <http://memorialanistia.org.br/>

Reis Filho (2005, p. 65), o projeto de liberalização de Geisel “equivale a uma retirada, a operação militar mais delicada”, tendo representado um momento de inflexão sobre os rumos do processo de redemocratização do país.

Internamente, setores militares críticos ao projeto de descompressão mantinham influência nos altos escalões da hierarquia militar, sobretudo em órgãos ligados à comunidade de informações. A tortura e morte de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura, em outubro de 1975, ocorreu em meio a esse ambiente político⁵. Em janeiro de 1976, o preso político Manoel Fiel Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que também estava sob a custódia do II Exército, morreu em circunstâncias bem parecidas às do caso Herzog. O general Ednardo D’ávila Melo, comandante daquela unidade, era identificado com a ala militar que se contrapunha ao projeto de descompressão política de Geisel.

A perseguição ao PCB decorreu, dentre outros fatores, do resultado obtido pela oposição nas eleições parlamentares em novembro de 1974. Na conjuntura de um modelo econômico que já mostrava sinais de esgotamento, o MDB impôs uma significativa derrota ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena)⁶.

No campo externo, o movimento estudantil passou a compor nova frente de resistência democrática a partir de 1977. Em mobilização crescente, as greves lideradas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) também alargaram, no ano seguinte, o campo de participação política, incorporando na pauta autonomia sindical e reivindicações de cunho econômico. Os segmentos moderados da política formal, também denominados de “setores de elite oposição”, na taxinomia estabelecida por Alves (1989), incluíam a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aos estudantes, movimento sindical e entidades da sociedade civil, somaram-se os “movimentos de base”, representados pelas organizações seculares (associações de moradores, amigos do bairro etc) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

⁵ Diretor da TV Cultura de São Paulo, Herzog havia comparecido espontaneamente para depor sobre acusações de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), após ser informado que os órgãos de repressão estavam à sua procura. Em 25 de outubro de 1975, o jornalista foi encontrado morto nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo.

⁶ A representação do MDB na Câmara passou de 87 para 165 deputados federais. No Senado, a oposição obteve 14,6 milhões de votos contra 10 milhões, aproximadamente, da Arena. O MDB obteve 16 das 22 cadeiras em disputa – estava sendo renovado 1/3 das 66 cadeiras existentes. Cf. Skidmore, 1988.

A resistência provinha também das vítimas perseguidas pela ditadura no país e no exterior, seja através da mobilização de presos políticos, com a denúncia da prática de tortura como método de interrogatório e das condições carcerárias, seja pela intensa campanha promovida por exilados e banidos, que auxiliava na desmistificação de uma imagem democrática do regime, a qual os militares tentavam preservar no exterior. No fim do governo Geisel, ambas as frentes estariam reunidas em torno da bandeira por uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” (REIS FILHO, 2005, p. 66-67).

A luta pela anistia

Os CBAs surgiram do amadurecimento das lutas originalmente travadas pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975 em São Paulo pela assistente social e advogada Therezinha Godoy Zerbini. A iniciativa, composta por mães e companheiras das vítimas da ditadura, tinha como objetivo obter apoio político para a causa da anistia, o que significava, em específico, exigir das autoridades informações sobre o paradeiro de “desaparecidos”, a libertação dos presos políticos e a volta dos exilados.

Os CBAs sistematizaram as pautas do MFPA e dos comitês no exterior, ampliando-as a ponto de se constituir, a partir de 1978, como frente agregadora de outros movimentos de oposição no enfrentamento mais direto à ditadura (RODEGHERO, 2009). Conforme Alves (1989, p. 268), o “movimento cresceu de tal modo que já em 1978 o Estado de Segurança Nacional não poderia mais ignorá-lo”. O primeiro comitê, o do Rio de Janeiro, foi lançado oficialmente em 14 de fevereiro daquele ano em cerimônia realizada na sede da ABI e serviu de modelo de organização para a formação de outros CBAs pelo país.

A “Carta de Salvador”, resultado do Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia, na capital baiana, divulgada em 09/09/1978, procurou conferir precisão ao slogan da campanha: “ampla – para todas as manifestações de oposição ao regime; geral – para todas as vítimas da repressão; e irrestrita – sem discriminações ou restrições”, repudiando qualquer tipo de anistia parcial ou recíproca e exigindo o fim da tortura e a responsabilização judicial dos agentes de repressão.

A realização do I Congresso Nacional pela Anistia, de 2 a 5 de novembro de 1978, em São Paulo, representou um momento de grande mobilização e unidade das forças de oposição. Na sessão de encerramento do evento, no Teatro Ruth Escobar, a mesa diretora

aprovou um conjunto de resoluções retomando parte da pauta da “Carta de Salvador” e os pressupostos básicos contidos em outros documentos aprovados nos meses precedentes, dentre eles o Programa Mínimo de Ação do CBA/SP⁷. Os movimentos reunidos no I Congresso estavam dispostos a fazer o enfrentamento mais direto à ditadura, não sem resistências internas que partiam especialmente dos setores moderados da oposição que compunham os comitês de anistia. Limitações e contradições que surgiam também da incapacidade da entidade, espalhada em diferentes núcleos estaduais, de sensibilizar segmentos mais amplos da sociedade para a causa da anistia. A dificuldade de tirar do papel a orientação de popularizar a luta, transformando a mobilização em movimento de massas, vai acompanhar a trajetória dos CBAs no final dos anos 1970 e início dos 80.

A principal resposta no plano governamental ao movimento unificado dos setores de oposição veio com a elaboração do projeto de anistia, encaminhado ao Congresso Nacional pelos militares em 27/06/1979, já durante o governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985). Dois dispositivos do projeto buscavam anular reivindicações básicas dos CBAs. O primeiro deles era a exclusão dos militantes de esquerda envolvidos em ações armadas contra a ditadura, acusados de terem cometido “crimes de sangue”, conforme definição do regime. A proposta atingia sobretudo os presos políticos processados e condenados em tribunais militares, muitos dos quais cumprindo pena desde o governo Médici. O segundo dispositivo dispunha sobre a inimizabilidade dos agentes da repressão política envolvidos em práticas de tortura e execução de militantes políticos, o que representou significativa derrota para os movimentos de oposição (ALVES, 1989). Apesar do discurso de reciprocidade, não havia equivalência para torturados e torturadores. Tratava-se, como observa Greco (2003, p. 297), de uma anistia “parcial e condicional para os opositores do regime” e “total e prévia” para os que atuaram na repressão, beneficiados com o conveniente generalismo expresso na redação dos chamados “crimes conexos”.

Da apresentação do projeto governamental até sua aprovação no Congresso Nacional, em 22/08/1979, os CBAs programaram uma série de atividades nas principais

⁷ Dentre as principais reivindicações, destacam-se: a mobilização contra o projeto de reforma da Lei de Segurança Nacional, então em discussão no Congresso, e a revogação da LSN vigente; o levantamento da situação dos exilados; o esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos; a denúncia das violências e perseguições empreendidas pela ditadura; a prestação de assistência jurídica aos presos políticos e seus familiares; a popularização da luta pela anistia; e a integração dos movimentos sob uma coordenação nacional.

capitais do país, incluindo passeatas, comícios e shows com artistas da MPB, na tentativa de pressionar os parlamentares contra a proposta encaminhada pelo Executivo Federal. Uma das ações de maior impacto político durante a tramitação da matéria partiu dos próprios presos políticos, que realizaram uma greve de fome nacional pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”⁸.

A lei 6.683, sancionada em 28 de agosto de 1979, preservou o caráter excludente em relação aos condenados por “crimes de sangue”, promovendo, ao mesmo tempo, um tipo de perdão incondicional ou autoanistia aos torturadores.

O retorno dos exilados representou a contraface desse processo, com manifestações públicas organizadas pelos comitês nos aeroportos dentro da estratégia de aproveitar cada oportunidade para conferir visibilidade à luta. Outra conquista resultante das intensas negociações travadas entre os militares e os setores de oposição foi a alteração da lei das inelegibilidades, permitindo a candidatura de lideranças que haviam perdido os direitos políticos nos anos 1960/1970 por força do arbítrio.

Gradualmente, os presos políticos também foram sendo libertados a partir da análise individual dos processos constantes no Superior Tribunal Militar (STM), mas como a Lei de Anistia tinha efeito apenas retroativo, novas prisões por motivação política, com base na nova Lei de Segurança Nacional (Lei nº 6.620), promulgada em 17/12/1978, poderiam ser efetuadas (ALVES, 1989).

A libertação de todos os presos políticos e a revogação da LSN foram pontos aprovados nas resoluções do II Congresso Nacional pela Anistia, realizado de 15 a 18 de novembro, em Salvador (BA). A denúncia da seletividade que permitia ao governo decidir quem poderia ou não adquirir o direito à liberdade e o repúdio ao indulto presidencial também foram reforçados nas deliberações do II Congresso Nacional. A condução dos debates expôs, por seu turno, as divergências entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). As disputas internas, com hegemonia do PCdoB na representação das mesas e no encaminhamento das propostas nas comissões, tiveram destaque na imprensa local. Já as decisões tomadas ao final do encontro não receberam grande repercussão nos jornais e revistas de maior circulação.

⁸ A iniciativa foi tomada, em 22/07/1979, por 14 detentos do Presídio Milton Dias Moreira, no complexo penitenciário da Frei Caneca, no Rio de Janeiro, e teve a adesão nos dias subsequentes de presos enquadrados pela LSN em outros estados: Rio Grande do Norte, Pernambuco (Itamaracá), Ceará (Presídio Paulo Sarazate), São Paulo (Barro Branco) e Bahia (Penitenciária Lemos Brito).

O esclarecimento circunstanciado sobre os mortos e desaparecidos, a responsabilização criminal do Estado e dos agentes que praticaram torturas e execuções e o desmantelamento do aparato repressivo permaneceram no escopo da campanha dos CBAs. O II Congresso – o último realizado pela entidade com esse formato em nível nacional – reforçou ainda a importância estratégica de popularização da causa pela anistia em nova tentativa de transformá-la em movimento de massas, com a incorporação de pautas dos movimentos operário, camponês e popular. Contudo, o estreitamento dos vínculos entre os CBAs e os outros segmentos da sociedade que compunham as forças democráticas não avançou. No início da década de 80, iniciativas pautadas por lutas identitárias, com destaque para o movimento negro, feminista e ambientalista, alargavam o campo de participação social. No plano institucional, lideranças políticas de oposição à ditadura, incluindo os exilados que retornavam ao país após a aprovação da lei de anistia, também buscavam se adaptar ao novo cenário, com a formação de novos partidos e as expectativas geradas com as eleições diretas para os governos estaduais.

CBAs e o repertório comunicativo

A comunicação cumpria papel estratégico para divulgação das ações promovidas pelos CBAs. Através de diferentes iniciativas, especialmente na mídia impressa, as entidades buscavam sensibilizar a opinião pública para a causa da anistia. A estrutura de alguns comitês, como o de São Paulo, contava com comissões específicas para contatos com a imprensa, produção de cartazes, panfletos e boletins e mesmo organização de debates, shows e atos públicos.

A tentativa de manter a pauta da anistia na ordem do dia explica o empenho de apoiadores em dar relevo a cada uma das ações realizadas. Os CBAs vão encontrar na imprensa alternativa um dos principais canais para divulgação das reivindicações do movimento, por meio de artigos de opinião e reportagens de denúncia sobre o aparato repressivo. Notadamente no jornal *Em Tempo* e nos semanários *Movimento* e *Opinião*, as iniciativas dos CBAs recebiam cobertura destacada.

Os comitês apresentavam um fundo social mantido também por contribuição dos seus membros e doações. As campanhas de arrecadação ocorriam ainda em atos públicos realizados pelos núcleos nos estados. Os recursos tinham destinação variada, sendo usados – apenas para citar dois exemplos – para o custeio da revisão de processos de presos políticos no Brasil e para a ampliação da luta em prol da libertação de brasileiros

encarcerados em países que também estavam sob ditadura militar na América do Sul⁹. Via de regra, buscava-se fortalecer ações que produzissem impacto político, contribuindo, conseqüentemente, para a circulação das bandeiras dos CBAs junto à opinião pública.

O esforço de construção da memória dos que resistiram ao Estado autoritário e a reivindicação do direito à verdade sobre as mortes e os desaparecimentos forçados se constituíram em eixos regulares dentro do conjunto de resoluções adotadas pelos comitês de anistia. Os CBAs se valeram de instrumentos de divulgação não apenas para ampliar a visibilidade da causa, mas disputar sentidos sobre os significados da ditadura para além daquele presente imediato.

Nesta perspectiva, a Comissão Executiva Nacional dos movimentos de anistia idealizou, logo após a aprovação da Lei 6.683/79, o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em reconhecimento aos melhores trabalhos de reportagem sobre o tema¹⁰. O concurso reunia entidades que atuavam junto aos CBAs naquele momento histórico: ABI, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Comissão de Direitos Humanos da OAB e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. A primeira edição foi realizada em 25 de outubro, data em que Herzog foi encontrado morto, quatro anos antes, nas dependências do II Exército. O júri também era composto pela viúva do jornalista, Clarice Herzog. As matérias, publicadas em jornais e revistas da imprensa tradicional e alternativa, abordavam questões relacionadas à repressão política.

A frente editorial: *Inventário de cicatrizes*

A exemplo do prêmio jornalístico, o apoio institucional dos comitês de anistia à produção de livros se inseriu na proposta mais ampla de construir memória sobre os brasileiros diretamente atingidos pelo autoritarismo, no Brasil ou no exterior, e no esforço em atender às demandas por verdade e justiça. As obras canceladas pelos CBAs dialogavam com os objetivos aprovados nos encontros da entidade. Publicações de diferentes gêneros apresentavam ao público temas como a tortura, a situação dos presos políticos, os desaparecimentos e a experiência do exílio.

No caso dos livros-reportagem, podemos citar: *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, de Antônio Carlos Fon (Global, 1979); *Desaparecidos políticos*,

⁹ Caso de Flávia Schilling, no Uruguai, e Flávio Koutzii e Jorge Alberto Basso, na Argentina.

¹⁰ O prêmio, que está em sua 44ª edição, é considerado um dos mais importantes programas em reconhecimento aos trabalhos dos profissionais de imprensa no Brasil. Disponível em <https://premiolvladimirherzog.org/sobre-esta-edicao-3/>. Acesso 18/07/2022.

prisões, sequestros, assassinatos: artigos, entrevistas, documentos, reportagens, organizada por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (Opção, 1979); *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*, de Cristina Pinheiro Machado (Alfa-Ômega, 1979) e *Por que Theodomiro fugiu*, de Fernando Escariz (Global, 1980).

Outros gêneros editoriais eram contemplados apresentando temáticas que estabeleciam diálogo com as pautas e reivindicações dos grupos reunidos em torno da bandeira por uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Também receberam apoio institucional dos CBAs obras memorialísticas de exilados e outros presos políticos, dentre elas *Memórias do exílio, Brasil 1964-19??*, coordenada por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos (SP: Livramento, 1978), *131-D: memorial da prisão política*, de Gilney Amorim Viana (Contagem/MG: Ed. História, 1979) e *Querida família*, de Flávia Schilling (RS: Coojornal, 1978) e publicações analíticas sobre a realidade política nacional, como *Itinerário, Haroldo Lima*, organizado por Joviano Neto (BA: CBA, 1979).

O livro de poesias *Inventário de cicatrizes* integra a frente editorial proposta pelos comitês no enfrentamento ao regime militar no período de discussão mais intensa sobre o projeto de anistia. A obra reúne 53 poemas de Alex Polari de Alverga, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR-Palmares), preso em 1971 aos 20 anos, acusado de envolvimento nos sequestros dos embaixadores da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, e da Suíça, Giovani Bucher, respectivamente em junho e dezembro de 1970. Condenado pela Lei de Segurança Nacional à prisão perpétua, teve a pena extinta após a aprovação da Lei de Anistia.

Os escritos trazem a experiência do cárcere e da tortura vivenciada pelo autor em quartéis do Exército e outros estabelecimentos prisionais, como a Ilha Grande e a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, numa linguagem classificada por críticos como “poesia do sufoco”, ou seja, uma tentativa de traduzir, em narrativa literária, a dimensão traumática das violências políticas após o AI-5 (SUSSEKIND, 2004; VIEIRA, 2010). Para a poesia brasileira, a metáfora da asfixia funciona, nessa perspectiva, como síntese de uma conjuntura marcada também por mortes e desaparecimentos forçados de opositores políticos.

O poeta dedica a coletânea de 58 páginas a “todos os companheiros, livres, na clandestinidade, nas prisões e no exílio”, prestando uma homenagem especial a Stuart Angel, Eduardo Leite, Juarez Guimarães de Brito, Carlos Lamarca e Iaya Iavelberg. “A

todos os nossos mortos, à morte. A meu filho Thiago, à vida. Entre esses dois extremos e compromissos, eu vou seguindo”, escreve na dedicatória do livro. No poema que dá título à obra, Alex Polari sinaliza, de modo contundente, as permanências das feridas para além dos centros de sevícia (ALVERGA, 1978, p. 51).

Quem passou por esse país subterrâneo e não oficial
sabe a amperagem em que opera seus carrascos
as estações que tocam em seus rádios
para encobrir os gritos de suas vítimas
o destino das milhares de viagens sem volta
cidadãos do mundo
habitantes da dor
em escala planetária
todos os que dormiram no assoalho frio
das câmaras de tortura
todos os que assoaram
os orvalhos de sangue de uma nova era
todos os que ouviram os gritos, vestiram o capuz
todos os que gozaram coitos interrompidos pela morte
todos os que tiveram os testículos triturados
todas as que engravidaram dos próprios algozes
estão marcados,
se demitiram do direito da própria felicidade futura.

Inventário de cicatrizes foi o primeiro livro de Polari publicado no Brasil. Antes, parte dos textos reunidos na obra havia circulado em meios universitários e veículos da imprensa alternativa, dentre os quais o jornal *O Flagrante* e a revista *Rua da Emancipação*. No exterior, as poesias também já tinham sido publicadas pela Anistia Internacional e traduzidas em diferentes países, como Suécia, França, Itália e Alemanha.

O tipo de parceria dos comitês de anistia à produção editorial variava. Podia se restringir à inclusão de um selo na capa (ou contracapa), indicando um aval ou chancela da entidade à publicação da obra. Decidia-se também pela participação através do trabalho de coedição do livro. Em outras situações, a entidade encarregava-se integralmente pelo custo da obra, assumindo o pagamento de direitos autorais, com a renda revertida ao trabalho dos próprios comitês, como ocorreu no caso de *Inventário*.

Os lançamentos eram transformados, de modo geral, em eventos públicos que integravam a programação dos movimentos pró-anistia na perspectiva, já mencionada, de promover o debate e exercer pressão junto ao poder político. Era comum ainda a venda destas publicações patrocinadas em outros eventos promovidos pelos comitês. As estratégias, neste campo da comunicação, foram usadas com mais intensidade pelos

núcleos do Rio de Janeiro e São Paulo, onde estava concentrado o mercado editorial, e de forma muito atuante pela seccional da Bahia.

O lançamento do livro, em 06/10/1978, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, movimentou o aparato de vigilância dos Órgãos de Informação (OIs) no momento de transição entre os governos Geisel e Figueiredo. Por solicitação do chefe de gabinete Walter Costa Porto, ligado à assessoria do Ministro da Justiça, Armando Falcão, o conteúdo de *Inventário* passou por verificação da Divisão de Pareceres e Estudos (DPE) da Consultoria Jurídica daquele ministério. No parecer nº 273/78, de 28/12/1978, a diretora Thereza Helena Miranda Lima manifestou-se contrariamente a “qualquer ação ministerial sancionatória”, com base no decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que havia estabelecido os parâmetros para a censura prévia de publicações. Os motivos apresentados pela diretora da DPE/MJ, entretanto, não diziam respeito à defesa da livre circulação de ideias. No documento, a técnica observava que era “realmente lamentável não ter sido ele apreendido quando ainda não dado a público”. Segundo ela, eventual medida punitiva, após o “festivo e concorrido” lançamento organizado pelos grupos favoráveis ao processo de anistia, poderia conferir “notoriedade ao autor e à sua obra”¹¹.

Na visão dos órgãos da repressão política, a coletânea de poesias de Alex Polari, que estava, na ocasião, encarcerado no Presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro, caracterizava-se por fazer “apologia” da guerrilha e dos militantes da esquerda que participavam de ações armadas contra o governo, além de conter “algumas passagens obscenas”. Embora tenha se pronunciado pela não interferência do Ministério da Justiça, de modo a evitar a repercussão de *Inventário* no debate público, Thereza Lima não descartava a apreensão do livro caso este alcançasse “espetacular tiragem e análoga vendagem”. Ao concluir o parecer, a diretora salientava “a lição a ser aprendida, ao fito de, no futuro, buscar-se evitar situação qual a presente”¹².

Os órgãos vinculados à repressão política seguiam ativos, mesmo após o fim do AI-5, extinto em 31/12/1978. O governo manifestava publicamente o interesse em promover a descompressão política, mas em nenhum momento perder o controle sobre tal processo num contexto, como vimos, marcado pela rearticulação de grupos de

¹¹ Informação nº 924/78/DSI/MJ, de 18 dez 1978. O documento se encontra no fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.1586, Processo GAB nº 100.887, de 20/12/1978.

¹² BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.1586, Processo GAB nº 100.887, de 20/12/1978, fundo DSI/MJ

oposição em diferentes frentes. Encontros, debates, atos públicos, lançamentos e exposições promovidos pelos comitês de anistia eram monitorados pela comunidade de informações e segurança¹³, destacadamente a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI), para a qual agentes infiltrados produziam relatórios de inteligência contendo a identificação dos participantes mais ativos e as decisões tomadas durante os eventos. Um mesmo processo, com frequência, passava por verificação de diversos organismos da burocracia oficial.

Foi o que ocorreu com o lançamento do livro *Inventário de cicatrizes*. Após o parecer jurídico, manifestaram-se no processo MJ 100.887/78 o diretor do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), José da Costa Negraes, e o diretor da DCDP, Rogério Nunes, ambos favoráveis ao entendimento inicial da diretora da DPE do Ministério da Justiça¹⁴. O processo foi arquivado em 08/02/1979, por determinação do ministro Armando Falcão.

Considerações finais

Diferentes fatores ajudam a explicar o fim da experiência dos comitês de anistia no início dos anos 1980. Além das disputas internas explicitadas nos encontros realizados pela entidade e da incapacidade de transformar a causa em movimento de massas, apresentaram-se novas formas de participação social e política, incorporando lutas identitárias e a possibilidade de integração das lideranças em siglas que se formavam após o fim do bipartidarismo. A própria aprovação da Lei 6.683/79, que possibilitou o retorno dos exilados e libertou presos políticos, não em sua totalidade, esvaziou parte das reivindicações que ainda exercia algum apelo junto à opinião pública.

Dentro de um processo de gradual esvaziamento das seccionais e desarticulação entre os seus integrantes, os CBAs ainda realizaram algumas ações pontuais voltadas sobretudo para a descoberta de cemitérios clandestinos da repressão política. Colaboraram também na confecção de dossiês atualizados sobre as vítimas da ditadura

¹³ Dentre os órgãos do aparato repressivo destacavam-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas ramificações regionais, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Departamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/Codi) e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

¹⁴ BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.1586, Processo GAB n° 100.887, de 20/12/1978, fundo DSI/MJ.

no Brasil, tarefa posteriormente assumida por entidades de direitos humanos com forte atuação no período de redemocratização do país¹⁵.

O período coincide com a retirada de alguns instrumentos do aparato autoritário vigentes desde os anos 1960 enquanto permaneciam disponíveis os “instrumentos excepcionais” para impor as condições e controlar o ritmo do projeto de distensão “lenta, gradual e segura”. As ações adotadas por Geisel em 1978, antes de deixar o poder, ilustram como o autoritarismo se sobrepôs às medidas “que preconizavam a democratização”, como conclui D’Araújo (2002, p. 22/23) ao examinar os documentos relativos ao Ministério da Justiça que integram o arquivo do ex-presidente Geisel.

Órgãos da burocracia estatal, tais como o SNI e a Divisão de Segurança e Informações (DSI/MJ), continuavam em operação mesmo com o fim do AI-5. O aparato de repressão concentrava militares e auxiliares civis queixosos das “licenciosidades democráticas” no período em que se debatia o processo de anistia e os seus desdobramentos. Estava em questão a própria manutenção do aparato repressivo e de vigilância no contexto de descompressão política.

Os movimentos reunidos em torno da bandeira pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” estabeleceram relações de força com o Estado autoritário, contribuindo para a formação de um ambiente de discussão sobre a necessidade de superação do modelo autoritário. Greco (2003) destaca a “força instituinte” da iniciativa, atuando em contraposição permanente ao poder instituído. Enquanto espaço de contrapoder, desempenhou papel relevante nas disputas pela apropriação da memória sobre o período autoritário ao reivindicar o esclarecimento circunstanciado das mortes e dos desaparecimentos forçados por motivação política.

Nessa perspectiva, a realização do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos e o apoio à produção editorial, em diferentes gêneros, buscaram abrir fissuras e instaurar divergências ante um projeto deliberado de imposição do esquecimento pactuado entre as elites políticas, disputando sentidos sobre os significados da ditadura em longo prazo. Na frente editorial, em específico, o jornalismo, o relato autobiográfico, obras de cunho analítico ou memorialístico e a poesia traziam abordagem crítica sobre a experiência traumática da tortura no cárcere ou a vida no exílio. Um exílio que não dizia

¹⁵ Os comitês de anistia transferiram importante legado a outros grupos, como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Tortura Nunca Mais, que deram continuidade ao trabalho de denúncia da violação de direitos e combate às violências do aparato estatal, especialmente nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos (GRECO, 2003, p.403/404).

respeito apenas a uma dimensão territorial, antes subjetiva, interna, como no poema “As cartas” (POLARI, 1978, p. 21):

A carta e a cela, essas sim se encaixam
há certo encantamento nas cartas
mesmo nos envelopes vazios que me povoam
com a sua letra morta e insubstituível
e fazem a sua vida chegar até a mim
uma vida de papel
uma vida que não tem corpo
uma outra vida devassada e censurada
como a minha, fadada a encher os arquivos poeirentos
dos setores de informação do Exército.

Referências bibliográficas

ALVERGA, Alex Polari de. **Inventário de cicatrizes**. São Paulo: Global/Teatro Ruth Escobar/CBA-SP, 1978.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6683-28-agosto-1979-366522-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 19 fev. 2022

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Reinaldo (Orgs.). **Desaparecidos políticos, prisões, sequestros, assassinatos**: artigos, entrevistas, documentos, reportagens. Rio de Janeiro: Edições Opção/CBA-RJ, 1979.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. **Itinerário, Haroldo Lima**. Salvador: CBA-BA, 1979.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Orgs.). **Memórias do exílio, Brasil 1964-19??**. São Paulo: Livramento, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ESCARIZ, Fernando. **Por que Theodomiro fugiu**. São Paulo: Global, 1980.

FON, Antônio Carlos. **Tortura, a história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003, 559 f. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), Belo Horizonte, 2003.

MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

MARCONI, Paolo. “PCB e PCdoB brigam”. **Jornal da República**, Salvador, 14 nov. 1979.

MAUÉS, Flamarion. Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década de 1970. In REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão**: seis estudos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016, p. 35-65.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. Para uma história da luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974-1979). **Revista Tempo e argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 99-122, jan./jun. 2009.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. São Paulo: Record, 1999.

SCHILLING, Flávia. **Querida família**. Rio Grande do Sul: Coojornal, 1978.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários & retratos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

VIANA, Gilney Amorim. **131-D**: memorial da prisão política. Contagem/MG: Ed. História, 1979.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 151-176.